



Assembleia Municipal

## ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2007

### Acta n.º 18

Ao décimo oitavo dia do mês de Setembro do ano de dois mil e sete, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:45 horas, na Sala de reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de seis de Setembro e Aditamento de treze de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO PRIMEIRO:** Aprovação das actas das sessões de 10/01/2007, 30/01/2007 e 28/02/2007; -----

**PONTO SEGUNDO:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de alteração do PDM - Área de equipamentos - Tomilhal, Ferreiras, nos termos do Art.79º do Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º310/2003 de 10 de Dezembro; -----

**PONTO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Declaração de Interesse Municipal do Campo de Golfe de 9 buracos e Apoio Clube - Sociedade Agrícola Vale da Azinheira - Olhos d'Água, nos termos da alínea o) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO QUINTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção do pagamento mensal dos vendedores ambulantes da zona do Cais Herculano, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO SEXTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção do pagamento de publicidade do Senhor José Manuel Martins Oliveira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

**PONTO SETIMO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento relativo à Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**ADITAMENTO:** -----

**PONTO OITÁVO:** Nomeação de um autarca de freguesia para integrar no Conselho Cinegético Municipal, nos termos da alínea e) do n.º2 do art.157º do Decreto-Lei n.º 202/2004 de 18 de Agosto, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 201/2005 de 24 de Novembro; -----

**PONTO NONO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para aquisição de serviços de manutenção e conservação dos campos de futebol municipais da Quinta da Palmeira, da Nora e da Guia e Viveiro de Reposição, nos termos do n.º 6 do Art.22º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho; -----

**PONTO DÉCIMO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Quadro de Pessoal de Direito Privado, nos termos da alínea o) de n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

**PONTO DÉCIMO PRIMEIRO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2007/2010, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO DÉCIMO SEGUNDO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão do Orçamento para o ano 2007, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO DÉCIMO TERCEIRO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das alterações ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, ao Organigrama e ao Quadro de Pessoal do Município de Albufeira, nos termos da alínea n) de n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

**PONTO DÉCIMO QUARTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso de Higiene Urbana - Abril 2005/Fevereiro 2013 - Revisão de preços, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do art. 22 do DL n.º 197/99 de 8 de Junho; -----

**PONTO DÉCIMO QUINTO:** Tomada de posição sobre a criação de zonas livres e plantas transgénicas e/ou organismos geneticamente modificados, nos termos da alínea o) do n.º1 do art.53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro; -----

**PONTO DÉCIMO SEXTO:** Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração do PDM de Albufeira - Lar da 3ª Idade e Aldeia da Solidariedade, nos termos do Art.78º do Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º310/2003 de 10 de Dezembro; -----

-----  
Antes de se proceder à chamada, o Presidente da Assembleia, convida o Membro,, Ana Pífar, para fazer parte da Mesa e secretariar a reunião em substituição da Segundo Secretário. -----

#### **PRESENCAS:** -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Ana Luísa Sousa Simões, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, João Alexandre Sequeira Jorge Silva, Pedro Manuel Trovão Ferro, José Manuel Guerreiro Vila Nova, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífar, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, e os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando

Manuel de Sousa Gregório, de Guia, José Cabrita, de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo, António Gonçalves, Marlene Silva e Carlos Quintino, e em regime de não permanência, o Vereador, Fernando Anastácio. -----

**FALTAS:** Francisco João Magalhães Calhau, Sílvia Duarte Correia da Rosa e Maria Eugénia Xufre Baptista. -----

**SUBSTITUIÇÕES:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros Francisco Calhau, Sílvia Rosa, Maria Perpétua das Neves Silva Felgueiras Ramos (membro suplente) e Eugénia Baptista, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, aos membros, Ana Luísa Sousa Simões, João Alexandre Sequeira Jorge Silva e José Manuel Guerreiro Vila Nova. -----

Havendo quórum (**vinte e seis presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão e passa a palavra ao público. -----

#### PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Alexandre Freitas - Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia. Gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, se tem previsto os Ecopontos para o município, visto que no Algarve existem outras cidades que estão munidas já destes Ecopontos. Saber para quando e se faz intenção de os colocar, porque acho que deve fazê-lo. Gostaria de salientar, também, a abertura de um novo ano lectivo. Não é só em coisas más que a autarquia está, também tem coisas boas. O ano lectivo, acho que abriu muito bem. E o projecto Pitágoras, continuo a dizer, acho que é uma excelente ideia. Os problemas da "Baixa" continuam-se a manter, como o Sr. Presidente sabe! Gostaria de saber, mais uma vez, a sua opinião, já que foi debatido várias vezes aqui, já se falou várias vezes dessa mesma situação e, nas últimas chuvas, soubemos, aquilo que se passou lá em baixo. Gostaria, também, de saber qual é a sua opinião referente à situação da segurança do município, visto que têm existido assaltos em Albufeira. Eu, numa das minhas últimas intervenções aqui, proferi que o Centro de Saúde continua a atender pessoas que vêm doutras localidades e doutros municípios. Tem chegado a meu conhecimento que existe grandes carências referente a pessoas que estão em lista de espera a nível da Saúde. Não sei se o Sr. Presidente tem alguma ideia. Sabemos que esta questão está fora do âmbito da autarquia, mas também sei que poderá intervir e fazer algum protocolo com algumas Unidades Hospitalares, ou então com algum país onde pudesse intervir pelas pessoas de Albufeira, que eu sei que tem tanto apreço por elas. Há várias pessoas com graves problemas a nível de visão, à espera de intervenções cirúrgicas há mais de seis meses. Eu sei que não é indiferente a esta situação! Da mesma maneira que vêm ter comigo, vão ter consigo, certamente. O Centro de Saúde está a receber pessoas de Silves, como sabe, e se calhar, com os seus conhecimentos, podia-se fazer algum protocolo com algumas entidades privadas ou outras entidades a nível de outros países que estão receptivos a essa chegada. Gostaria também de louvar uma das situações que se passou numa das últimas Assembleias, visto que a oposição votou um Voto de Louvor a meio do mandato do Sr. Presidente da Câmara. É de salientar esse voto de louvor, votado pela

oposição e dizer que, eu e de certa maneira alguns membros do CDS, gostamos de ver esse voto de louvor ser votado pela CDU, que até fica muito bem votado a meio do mandato. -----

Carlos Santos - Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Membros desta Assembleia. Gostaria de alertar esta digníssima Assembleia que compete às autoridades civis e militares, zelarem pela segurança dos bens e das pessoas. Ultimamente e nesse sentido vem o meu alerta, temos notado, e não falo em nome dos comerciantes mas falo em nome próprio, mas penso que é um sentimento comum dos comerciantes da baixa de Albufeira, terem sentido alguma falta de patrulhamento da parte das forças de segurança da cidade. E é nesse sentido que eu solicitava a esta digníssima Assembleia que fizesse lembrar às autoridades competentes que o Centro de Albufeira necessita de maior patrulhamento diário. Passam-se dias que não se vê um GNR lá em baixo, e os poucos que passam, muitas vezes passam em carros patrulha, durante dois/três minutos. Obrigado Sr. Presidente.

Presidente da Câmara - Boa noite digníssima Assembleia, munícipes. O Alexandre Freitas levantou aqui quatro ou cinco questões. Primeiro, os Ecopontos. O concelho está servido de Ecopontos, Ecopontos esses que estão da responsabilidade da Algar. O que nós procuramos fazer é, enquadrar tudo aquilo que são as áreas necessárias à colocação dos Ecopontos, enviar esses relatórios e essa pressão para junto da Algar, de maneira que essa cultura com os rácios que estão definidos no âmbito dos concelhos, possam ser reforçados em locais que eventualmente poderão passar a ter mais moradores quando teriam há algum tempo atrás quando foram introduzidos em determinadas zonas. Quem tem o pelouro do Ambiente é o Vereador António Gonçalves, mas fica a referência. Agradeço a referência ao ano lectivo, é evidente que tudo isso tem a haver com o esforço da autarquia, porque desde sempre a Educação tem sido prioritária. Em relação aos problemas da baixa: os problemas da baixa só serão resolvidos quando todas as intervenções estiverem resolvidas. Essas intervenções passam por aquelas que já estão feitas, passam pelo acabamento da obra que está a ser intervencionada na Praça dos Pescadores, mas ela só se resolve com a intervenção na Rua 5 de Outubro e na Rua Cândido dos Reis, porque são ruas com situações muito complicadas de saneamento que têm a ver com as próprias condutas de saneamento que estão pela rua. A intervenção na Rua 5 de Outubro foi hoje a reunião de Câmara a abertura para concurso. Depois, quando intervencionarmos na Cândido dos Reis, e temos de fazê-lo numa primeira fase que está a ser preparada para avançar a seguir a Janeiro, que vai mais ou menos da zona do bar "Vegas" até á zona do "Fastnet" e depois vira-se á esquerda para a Travessa Cândido dos Reis, pastelaria "Olimpus". Essas são as zonas mais críticas. A situação da segurança, e aproveitando a intervenção do Sr. Carlos Santos. O problema da segurança, é um problema que a Câmara Municipal, permanentemente, faz sentir junto do Comando local e não só, junto do Comando regional. E já o fiz sentir junto do Ministro, quando veio a Vilamoura, em Junho, fazer a apresentação do "Portugal Seguro". Disse na altura ao Ministro que, Albufeira é um concelho que tem características especiais e que tem de se olhado de uma forma diferente e, portanto, não faz sentido nenhum, vir um Ministro anunciar ao Algarve o fim da intervenção daquelas polícias que vêm fazer reforço, no dia 16 de Setembro. Enquanto há concelhos que, neste momento, a taxa de população baixou

radicalmente, o concelho de Albufeira continua com uma grande taxa de população e as ruas continuam cheias. É um problema estrutural, os Comandos não têm efectivos, e aqueles que têm não dão resposta aquilo que devem ser as exigências deste concelho. É claramente uma das preocupações da Câmara, obviamente que não é daqueles assuntos que se possam fazer conferências de imprensa e dar um grande "show of" sobre isso, é complicado. De facto as Associações têm manifestado, permanentemente, essa preocupação e, eu próprio, todas as semanas duas/três vezes falo com o Capitão Marco Henriques, Comandante deste posto e com o Comando de Portimão. Não tenho policiamento, não posso fazer mais do que isso. É uma situação que a Assembleia Municipal também pode fazer alguma coisa. O facto é que, as questões da Segurança não são só no concelho de Albufeira que sentimos isso, é um problema nacional. É uma realidade! Sobre a questão do Centro de Saúde. Eu, no dia 28 de Junho, quando o Sr. Primeiro-Ministro esteve aqui em Albufeira, numa reunião de trabalho com todos os Presidentes de Câmara do Algarve, um dos pontos que apresentei, foi o do Centro de Saúde de Albufeira, foi a questão dos rácios e aquilo que era o tempo de espera para as consultas, foi as pessoas que vinham das freguesias de Silves onde fecharam o SAP. Toda essa questão foi levantada e apresentada e, o Sr. Ministro disse que ia ver a situação, achava que os números que ele tinha não correspondiam ao que eu estava a dizer. Enviei dois ofícios ao Sr. Ministro a pedir reunião, para explicar essa questão e estou a aguardar resposta, para ver se percebo de uma vez por todas, se é uma questão de números dele, ou é uma questão de filas do Centro de Saúde. Sobre a história dos protocolos com entidades estrangeiras: isso apareceu porque o meu colega de Vila Real de S. António foi a Cuba e fez um protocolo. Vila Real de S. António já tem uma relação de muitos anos com Cuba, através da Câmara que era gerida pelo partido Comunista. Um concelho como Alcoutim ou Vila Real de S. António, não é como o concelho de Albufeira. Temos de ter uma noção da realidade dos concelhos. A realidade e a preocupação de um concelho no Algarve, obviamente que vai nesse sentido, mas é muito difícil neste momento e de uma forma rápida, encontrar formas de se acordar em protocolos com instituições no âmbito de uma Câmara Municipal que tem cinquenta/sessenta mil habitantes. Não é a mesma coisa de uma Câmara, nomeadamente de Alcoutim que tem três mil habitantes ou de Vila Real de S. António que tem cinco mil habitantes. Estamos a falar de universos diferentes. Mas estou disponível para ver se existe alguma situação dessas. Neste momento, sobre o assunto não tenho mais informações. Fiquei contente por saber que a Câmara conseguiu, mas não sei se num concelho como o de Albufeira, se é possível intervir nesse sentido. -----

Não havendo mais intervenções por parte do público o Presidente da Assembleia passa a palavra ao Primeiro Secretário para a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. -----

Feita a leitura da correspondência o Presidente da Assembleia Municipal passa a palavra aos membros da Assembleia. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS. -----

Presidente da Assembleia - Queria informar esta Assembleia de que fui a uma viagem a Linz, como representante desta Assembleia e com uma delegação da Câmara, para aprofundar um relacionamento que está a ser feito no sentido de haver uma geminação

entre Albufeira e Linz. Trata-se de uma cidade Austríaca, a terceira, com uma população na ordem duzentos mil habitantes, com emprego completo, ou seja, há mais emprego do que habitantes. É uma cidade moderna, industrial, e que penso que será de todo o interesse nós possamos dar um paço no sentido de conseguir promover Albufeira no relacionamento, quer de ordem de natureza cultural, para os nossos jovens, e noutros sentidos, aprendizagem tecnológica e também, numa parte que é fundamental para nós, que será na área da hotelaria. É um operariado especializado, que vive bem, e que faz férias no estrangeiro. Tem também um grande número de reformados, que vivem bem e também fazem férias no estrangeiro e, nós podemos ser um suporte de destino turístico. Devo dizer, também, que a nossa delegação foi muito bem acolhida pelos responsáveis, nomeadamente o Sr. Presidente da Câmara. Perante uma festa onde estavam largas dezenas de milhares de pessoas, foi anunciada a presença do grupo "mester" de Albufeira, o Sr. Desidério Silva, segundo a designação que lá lhe deram "mester", que significa "o mestre do público". Penso que é um trabalho a desenvolver por este município. Linz vai ser a cidade capital da cultura em 2009. ----

Fernando Neves - Iria aqui falar da homenagem aos autarcas desde o 25 de Abril até esta data, feita pelo Sr. Presidente da Câmara, não em termos de critica, mas sim em termos de informação. Poderia ter dado a informação atempadamente, mas o boletim chegou muito em cima da hora. Penso que não vai resolver grande coisa, mas ficam com a informação. Existem autarcas que foram esquecidos, o Sr. Presidente já deve ter conhecimento. Outra situação, que me chamou a atenção foi, o facto de, em determinados anos os autarcas foram mencionados que tinham sido eleitos por determinados partidos e noutros anos não fizeram referencia ao partido. Na pesquisa feita para esta homenagem, consultaram os livros das tomadas de posse mas esqueceram-se dos partidos que tem as listas dos seus candidatos. O mais grave disto tudo, é uma situação muito caricata, mencionam uma pessoa como falecida mas ela está viva. É o Sr. José Lúcio Correia. O Sr. Presidente, com certeza, está a corrente da situação. O Sr. Presidente deve saber o que tem de fazer para remediar a situação. Mudando de assunto: a CDU pediu há tempos atrás o protocolo da Central de Camionagem, mas o que me foi entregue foi o contrato de comodato, datado de 2001 e assinado pelo Presidente da altura, Sr. Arsénio. Eu tenho aqui o contrato de comodato com o nome do dono do terreno e que é válido por dois anos, mas continuo sem saber se o terreno é da Câmara ou não. Deveria haver uma escritura, caso contrário fico a pensar que o terreno ainda é do antigo dono. É para me esclarecer como é que a situação está. Também em termos de curiosidade porque o assunto veio a público. Uma obra em S. Rafael que foi embargada por denúncia, depois há uma resposta do Sr. Presidente da Câmara a dizer que a obra foi embargada porque os requisitos legais não foram cumpridos, a planta inicialmente apresentada foi alterada. É uma tentativa de iludir muita gente que não sabe das coisas. Colocam um projecto à Câmara e depois da Câmara aprovar alteram-no mesmo sabendo que a obra pode ser embargada, mas depois a Câmara a única coisa que faz é, vê o projecto de alterações e aprova. Fica tudo na mesma. Faz lembrar a história do projecto na antiga rua do cinema, que aconteceu a mesma situação, e também em S. Rafael, há dois anos atrás, quando derrubaram a arriba com as máquinas, que depois foi reposta mas não como deveria ser. Faz-me lembrar outra situação também, no mercado das Áreas de S. João onde a

obra veio para cima da estrada, houve denúncia, de seguida houve deliberação para cortar o que estava em cima da estrada, mas continua em cima da estrada. É assim que se vai, impunemente, aprovando os projectos que vão dando entrada na Câmara. Gostaria de saber se a obra de S. Rafael já está embargada ou se vai continuar com o projecto de alterações que se calhar já foi aprovado pela Câmara. Por fim, tenho uma moção para apresentar, sobre o Serviço Nacional de Saúde, que passo a ler e seguidamente entrego á Mesa (doc1). -----



## **Moção**

### **DEFENDER O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE:**

#### **UM IMPERATIVO CONSTITUCIONAL, UM ACTO DE JUSTIÇA**

A política de saúde que tem vindo a ser seguida pelo Governo, de forma autoritária e sob a capa da melhoria da qualidade e economia de recursos visa, de facto, destruir o Serviço Nacional de Saúde e entregá-lo aos interesses privados.

O que está realmente em causa é a defesa do princípio de a saúde ser um direito universal de todos ou o de ela ser transformada num negócio a que só alguns terão acesso, transformando-a num privilégio.

#### **A SAÚDE NO ALGARVE**

Os indicadores gerais da saúde no Algarve são inferiores à média geral do país. Na realidade, há menos médicos e enfermeiros, menos internamentos hospitalares e um menor número de consultas por habitante.

Em relação ao pessoal de enfermagem, enquanto a média nacional é de 4,2 enfermeiros por 1000 habitantes, no Algarve existe uma média de 3,7 sendo este valor influenciado pela melhor situação nos concelhos de Faro e Portimão e havendo nos outros 14 concelhos um significativo déficit, acentuado nos concelhos de Loulé e Silves onde não chega a haver 1 enfermeiro por 1000 habitantes. O mesmo traço marca a situação no que respeita aos médicos.

Em relação às consultas médicas, em 12 dos 16 concelhos do Algarve, onde existem dados estatísticos, o número de consultas realizadas corresponde a 75% da média nacional.

Quando estamos a falar de uma região de 400 000 residentes, a que se somam no pico do Verão outros tantos milhares de veraneantes, onde existem cerca de 50 mil residentes sem médico de família, onde se assiste ao fecho de SAP's e outros serviços de saúde estamos perante uma situação que não pode deixar de preocupar as populações.



**BASTA!****A SAÚDE É UM DIREITO**

A realidade é que a população vai sendo prejudicada, não só pelo conjunto de encerramentos e ataques aos direitos dos profissionais de saúde que em última análise se traduzem em prejuízos para as populações, como pelo aumento dos preços dos medicamentos, das consultas e das taxas moderadoras. É assim que uma situação frequente como ser operado a uma hérnia custa entre 35 e 40 euros em cirurgia de ambulatório, ou se necessitar internamento entre 45 e 60 euros. Ou o caso de uma cólica renal, tratada e avaliada em urgência hospitalar tem o custo de 25 a 30 euros, sem contar depois com os medicamentos, etc. Estes custos paga quem ganha o salário mínimo nacional ou quem está desempregado ou procura o 1º emprego.

Em resultado desta política, Portugal já é o país da Europa em que os utentes mais pagam pelos serviços de saúde – 40% dos custos já são suportados pelos utentes, quando no resto da Europa os diversos Estados suportam encargos com a saúde que variam entre os 78 e os 85%.

Também a política do medicamento transfere crescentemente o custo para os utentes. O acordo assinado entre o Governo e a Apifarma tem como consequência o estipular uma receita mínima de lucro e proíbe uma baixa de preços até 2009.

**SAÚDE SIM! NEGÓCIO NÃO!**

A criação do Serviço Nacional de Saúde foi uma das mais importantes conquistas do Portugal de Abril. Foi com ele, e com a criação da rede de Cuidados de Saúde Primários que dele resultou, que a mortalidade infantil que em 1970 era 58,6 por 1000 habitantes passou em 2002 para 5 por 1000; que a mortalidade neonatal que era em 1970 de 38,9 por 1000 passou em 2002 para 3,4 por 1000 habitantes, entre outros exemplos que poderiam ser dados. O fraco investimento verificado nos cuidados de saúde primários terá consequências graves, desde logo para os mais idosos.

É bastante revelador que já tenham surgido notícias, dando conta do interesse de grupos económicos privados em abrir um hospital em Faro. Sabendo que se tal interesse é manifestado é porque consideram lucrativo, então têm razão os que dizem que este Governo favorece os grandes interesses. Se assim não fosse esses grupos não queriam apostar na saúde como negócio.

A privatização que visa apenas o lucro de certos grupos económicos com interesses nesta área, implica custos elevados para o Estado e a população e restringe o acesso universal aos cuidados de saúde.

**LUTAMOS POR UM SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE UNIVERSAL, GERAL E GRATUITO!**

Albufeira, 18 de Setembro de 2007

Presidente da Assembleia - Vamos colocar à admissão esta Moção. -----

**VOTAÇÃO: ADMISSÃO** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Ana Simões, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Vítor Vieira, João Silva, José Vila Nova, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita, Berto José Palma, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana



Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Fernando Gregório e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: uma (01) Ricardo Silva -----

**A Moção foi admitida por unanimidade dos presentes** -----

O Presidente da Assembleia coloca à discussão a Moção. Não houve intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação da Moção. -----

**VOTAÇÃO: MOÇÃO** -----

Votos Contra: sete (07) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Berto Palma e Fernando Gregório. -----

Votos a favor: dez (10) Fernando Neves, Ana Simões, Paulo Freitas, Adriano Ferrão, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, João Silva, Ana Pífar, Hélder Sousa e José Cabrita. --

Abstenções: oito (08) Carlos Silva e Sousa, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Rui Bernardo, José Vila Nova, Ana Patrício e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: uma (01) Ricardo Silva -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

Presidente da Câmara - Primeiro: Foi verificado que havia erros neste documento e, assim que tive essa informação pedi para fazer uma revisão completa de todos os registos e de todas as fontes de pesquisa, para produzir um documento novo e entregá-lo a todas as pessoas. E aqueles que houve erro, assumir esse erro e ao mesmo tempo entregar a medalha às pessoas se assim o entendessem receber. Segundo, esse contrato de comodato que tem aí, não é o protocolo que o senhor se refere. Esse contrato de comodato teve a ver na altura com o empréstimo, digamos assim, para o terminal provisório que se fixou lá, e também para o mercado municipal. Foi assinado ainda no mandato do Arsénio. Há um protocolo, que faço questão de o entregar, porque ele existe. E foi feita escritura do terreno, porque se não houvesse escritura, aquela obra foi financiada, logo tinha de haver o registo de propriedade. Sobre o Hotel de S. Rafael: qualquer obra tem o projecto aprovado e é licenciada e começa a construção. Verificando que há inconformidade com o projecto aprovado é feito o embargo que pode ser parcial, neste caso concreto, na cave. O que acontece é que, a legislação permite que dentro de um determinado prazo, se apresente um projecto novo procurando corrigir aquilo que foram as anomalias ou as intervenções não aprovadas. O novo projecto foi entregue e neste momento está-se a verificar se tudo o que foi entregue corresponde aos pareceres das entidades que têm de ser consultadas, se corresponde ao PDM de Albufeira. Portanto, se ele cumprir todos estes parâmetros, obviamente que terá as condições. Isto pode acontecer para um Hotel, ou para uma moradia, como para um prédio, as regras são exactamente as mesmas. A Lei permite que num período, que tem a ver com o da entrada do processo, para as entidades se pronunciarem, se a alteração que é emitida vai ou não afectar o processo. -----

O Presidente da Assembleia ausenta-se da sala e o Primeiro Secretário toma o seu lugar. -----

Francisco Guerreiro (presidente Junta Freguesia Paderne) - Queria colocar uma questão ao Sr. Presidente da Assembleia mas ele ausentou-se. Se tem alguma resposta para as Juntas de Freguesia sobre as senhas de presença. -----

Primeiro Secretário - Sobre a questão não lhe posso responder, mas retomemos a ordem de trabalhos e depois lhe será respondida a questão, quando o Sr. Presidente regressar á sala. -----

## ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação das actas das sessões de 10/01/2007, 30/01/2007 e 28/02/2007; -----

Primeiro Secretário - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

**VOTAÇÃO:** Acta da sessão de 10/01/2007 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) João Silva e Pedro Ferro. -----

Votos a favor: dezanove (19) Vítor Neto, Ana Simões, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma e Francisco Guerreiro. --

Ausências: cinco (05) Carlos Silva e Sousa, Paulo Freitas, Miguel Mesquita, Manuel Gonçalves e José Vila Nova. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

**VOTAÇÃO:** Acta da sessão de 30/01/2007 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) João Silva e Berto Palma. -----

Votos a favor: dezanove (19) Vítor Neto, Ana Simões, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Vítor Vieira, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, e Francisco Guerreiro. -

Ausências: cinco (05) Carlos Silva e Sousa, Paulo Freitas, Miguel Mesquita, Manuel Gonçalves e José Vila Nova. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

**VOTAÇÃO:** Acta da sessão de 28/02/2007 -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: quatro (04) Ana Simões, João Silva, José Vila Nova e Berto Palma. -----

Votos a favor: dezanove (19) Vítor Neto, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Vítor Vieira, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita e Francisco Guerreiro. -

Ausências: três (03) Carlos Silva e Sousa, Paulo Freitas e Miguel Mesquita. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

O Presidente da Assembleia regressa à sala e responde ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Presidente da Assembleia - Como já referi, a minha resposta já a dei. Pedi, uma vez que qualquer parecer que venha tem sido contrário ao meu entendimento, excepto se

houver um parecer que me faça mudar de opinião, aí, tudo bem. Mas, por mudar de opinião, não por o parecer. Por isso, eu pedi a fiscalização jurisdicional do meu acto, a duas entidades. Disse aos Presidentes de Junta que deveriam o fazer também, nomeadamente impugnando o meu acto, no Tribunal Administrativo. Não tenho problemas nenhuns com isso! Como os Senhores não o fizeram, foi eu que pedi a fiscalização jurisdicional do meu acto e remeti para dois lugares que me parece que são órgãos competentes, qualquer deles, para promover essa fiscalização. Um deles, o Tribunal de Contas, uma vez que se trata de dinheiro público, e se em Albufeira a questão é menor, na verdade é que, segundo os Senhores me disseram, ainda há essa prática pelo país todo e, a ser verdade, estamos aqui com um problema sério, se eu tiver razão. Recebi uma resposta do Tribunal de Contas que iria remeter ao órgão competente, porque não eram o órgão consultivo. Estou à espera de saber qual é o órgão competente, ninguém me disse até agora, e respondi dizendo que não tinha pedido nenhuma consulta, mas tinha pedido a fiscalização do meu acto. Como os Excelentíssimos não me deram resposta, então eu participei de mim próprio mais uma vez ao Procurador-Geral da República. Meus senhores, eu não posso fazer mais nada! Já fiz tudo o que poderia fazer, a única coisa que eu não faço é, sem estar assente e estar convencido, mudar a minha opinião. A Lei para mim é clara, quando se refere a pagamento de senhas. Quando fala dos eleitos locais em regime de não permanência, nem de meio tempo, esses têm direito a senhas de presença. Todos os outros que estejam em regime de permanência ou de meio tempo, pois esses a Lei não se refere a eles. Refere-se apenas aqueles que não estão em regime de meio tempo ou de permanência. Como a Lei não se refere aos Senhores, que estão em regime de permanência ou de meio tempo, eu não vejo que nesse artigo possa ressumar qualquer direito. Esta é a minha visão, é a que é, penso que é respeitável como qualquer outra, mas não consigo ler de outra maneira. E como o acto é meu, é da minha responsabilidade, e assumo integralmente a minha responsabilidade, devo dizer que, pode vir dezenas de pareceres que eu não mudo a minha atitude. Quando vier a acção jurisdicional, com certeza! Acatei no primeiro momento e, até se for favorável, garanto que não fico nada, rigorosamente nada, aborrecido com isso. Agora, não posso é mudar a minha opinião. -----

Francisco Guerreiro (presidente Junta Freguesia Paderne) - É a sua opinião! Qualquer que seja o parecer, não é vinculativo? Então para que servem os pareceres? -----

Presidente da Assembleia - Se quiser acato o parecer, se não quiser, não acato. O parecer não é vinculativo. O parecer é indicativo! -----

Francisco Guerreiro (presidente Junta Freguesia Paderne) - Eu acho que isso é uma teimosice. -----

Presidente da Assembleia - Não é teimosia! Vinculativo é a Lei. Aliás, se os Senhores quiserem debater essa questão aqui na Assembleia, também têm o poder de iniciativa, de o trazer à Assembleia. Os Senhores têm tanto direito, como eu, de trazer esta questão à Assembleia. Mas, se o querem trazer à Assembleia, também vos digo, não será vinculativo para mim, mas eu aceito que seja debatido em Assembleia, como qualquer assunto de interesse local ou nacional. Os Senhores farão o que entenderem. Eu pedi, e penso que não me podem pedir mais do que isso, a fiscalização do meu acto e

pedi que houvesse uma decisão jurisdicional com vínculo. Seja ela qual for, eu acatá-la-ei imediatamente. -----

Fernando Gregório (presidente Junta Freguesia Ferreiras) - Eu só queria saber, qual o Presidente de Junta que está a meio tempo, ou a tempo inteiro, na Assembleia Municipal? Um Presidente de Junta é membro de pleno direito da Assembleia Municipal, logo está aqui como membro da Assembleia Municipal e nenhum deles está a tempo inteiro ou a meio tempo na Assembleia. E é isso que o artigo refere, no nosso entendimento. Com esse entendimento o Senhor tem dois pareceres. Se daqui a 10/20 anos, o Senhor não receber mais parecer nenhum daqueles que pediu, isto continuará exactamente na mesma. O que eu acho que não seja correcto. -----

Presidente da Assembleia - Se mudarem a Lei, eu poderei mudar o meu depoimento. Eu não faço a Lei. -----

Fernando Gregório (presidente Junta Freguesia Ferreiras) - Não é, os Senhores Presidentes de Junta nas suas Freguesias. Os Presidentes de Junta são membros de pleno direito na Assembleia Municipal e como tal têm direito a senha de presença! -----

Presidente da Assembleia - É que a Lei não se refere a Presidentes de Junta, nem Presidentes de Assembleia Municipal, nem Presidentes de Câmara, nem Vereadores. A Lei só refere uma coisa, em relação aos que estão em regime de meio tempo ou permanência... -----

Fernando Gregório (presidente Junta Freguesia Ferreiras) - Como membros da Assembleia Municipal, não é fora do exercício da Assembleia Municipal. Não é isso que está em questão. Os Presidentes de Junta na Assembleia de Freguesia não recebem senhas de presença. Porque o órgão, Assembleia Municipal, não tem a ver a Junta de Freguesia, nem Assembleia de Freguesia. Estamos na Assembleia Municipal, e nenhum deles está a meio tempo ou a tempo inteiro como membro da Assembleia Municipal. E é isso que a Lei refere, e é nessa direcção que o Senhor tem dois pareceres jurídicos. --

Presidente da Assembleia - Já posso falar? Ao ler a Lei, e é o que eu faço, como já disse há pouco, não refere qualquer qualidade, nem de Presidente da Assembleia Municipal, nem de Vereadores, a Lei refere apenas os eleitos locais. A Lei não distingue. E há um provérbio em latim, que traduzo para português, que é, "Onde a Lei não distingue, nós não devemos distinguir". Se a Lei fala em eleitos locais, não fala em ninguém especial, fala em eleitos locais. -----

Fernando Gregório (presidente Junta Freguesia Ferreiras) - No órgão Assembleia Municipal. Estamos a tratar na Assembleia Municipal, não em qualquer outro órgão autárquico. Não há nenhuma relação entre órgãos autárquicos, neste caso. -----

Presidente da Assembleia - A Lei não fala em Assembleia Municipal. É o seu entendimento, e eu respeito-o. -----

Fernando Gregório (presidente Junta Freguesia Ferreiras) - As senhas de presença são pagas aos membros da Assembleia Municipal. Não estamos a falar do meio tempo ou tempo inteiro do Presidente de Junta na sua Freguesia. -----

Presidente da Assembleia - Mas o Presidente de Junta na sua Freguesia não é o eleito local em regime de meio tempo ou permanência?! -----

Fernando Gregório (presidente Junta Freguesia Ferreiras) - É sim! Mas aqui é membro da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia - Mas a Lei não faz essa excepção. Fala apenas do eleito local. -----

Fernando Gregório (presidente Junta Freguesia Ferreiras) - A Lei fala apenas do pagamento das senhas de presença aos membros da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia - Não fala não! Fala dos eleitos locais. Tanto que aqui na Assembleia, são remunerados os Senhores Vereadores em regime de não permanência. E nem sequer são membros desta Assembleia Municipal. -----

Fernando Gregório (presidente Junta Freguesia Ferreiras) - Há uma relação entre estes órgãos autárquicos, a Assembleia Municipal como órgão deliberativo e a Câmara Municipal como órgão executivo. Por isso o Secretário ou o Tesoureiro da Junta de Freguesia não recebem senhas de presença e, eles também não estão a tempo inteiro ou a meio tempo. -----

Presidente da Assembleia - São todos eleitos locais, sem excepção. -----

Hélder Sousa (presidente Junta Freguesia Albufeira) - Na Lei diz, no respectivo órgão. Aquela situação nem tem a ver com a Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia - Onde é que está a situação que tenha a ver com os Presidentes de Junta a dizer que os eleitos locais, Presidentes de Junta, têm direito a senhas na Assembleia Municipal? -----

Hélder Sousa (presidente Junta Freguesia Albufeira) - Todos os membros da Assembleia Municipal têm direito a senhas de presença. Sou membro normal da Assembleia Municipal, sou eleito, voto, tenho direito à intervenção como qualquer outro membro da Assembleia Municipal. Referiu-se há pouco aos Vereadores, os Vereadores não têm direito a voto. -----

Presidente da Assembleia - É que a Lei refere apenas os eleitos locais, eu volto a repeti-lo, a razão da minha posição. A minha posição é que a Lei refere os eleitos locais que não estejam em regime de meio tempo ou de permanência. É assim que o artigo começa! Os eleitos locais. E não são os outros, os que estão em regime de meio tempo ou de permanência. A Lei não se refere a esses. -----

Fernando Gregório (presidente Junta Freguesia Ferreiras) - Somos membros da Assembleia Municipal de pleno direito. E quando fala em meio tempo ou a tempo inteiro, no respectivo órgão. -----

Francisco Guerreiro (presidente Junta Freguesia Paderne) - E nas Comissões que nós fazemos parte? As Comissões não fazem parte da Assembleia Municipal. Não temos direito de receber senhas de presença? -----

Presidente da Assembleia - Se forem pela Assembleia Municipal, não têm. Se for por outra parte, não sei. -----

Francisco Guerreiro (presidente Junta Freguesia Paderne) - Nós temos um elemento aqui, que era Vereador e recebeu as senhas de presença nas Comissões. E porque é que nós não temos o mesmo direito. -----

Presidente da Assembleia - Os Senhores estão a colocar a questão como se fosse uma teimosia minha, não é. Eu apenas me limito a ler a Lei e não consigo tirar da Lei outra leitura. -----

Francisco Guerreiro (presidente Junta Freguesia Paderne) - Já tem dois pareceres, e o seu entendimento é que prevalece? -----

Presidente da Assembleia - É! Acima do meu só uma decisão jurisdicional. Vocês têm de perceber um bocado a minha posição. Eu estou vinculado à Lei, não sou eu que faço a Lei. Estou a aplicar a Lei de acordo com regras de interpretação da Lei que eu conheço, não posso fazer conta que não as conheço, porque as conheço e, de acordo com a minha consciência. São as duas formas que eu tenho de aplicar a Lei. A ler, não consigo tirar de lá que os Senhores não são eleitos locais em regime de meio tempo e de permanência, é o que está lá escrito. Eu não consigo tirar de lá outra leitura. Pedirem para violar a minha consciência, não me peçam porque eu não faço. Vem uma ordem do Tribunal, seja ele de Contas, seja promovida pelo Senhor Procurador-Geral da República, ou Tribunal Administrativo, se o meu acto é ilegal, eu já disse, fiscalizem o meu acto. Promovam o que tiverem de promover. Porque embora tenha o meu entendimento, a minha consciência, eu não sou o dono da verdade. Tem que vir um órgão com competência dizer: "o senhor não tem razão, se faz favor pague!" e eu pago na hora. E até fico satisfeito por pagar. -----  
 Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

### **PONTO SEGUNDO**

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro; -----  
 Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

### **PONTO TERCEIRO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de alteração do PDM - Área de equipamentos - Tomilhal, Ferreiras, nos termos do Art.79º do Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º310/2003 de 10 de Dezembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Fernando Neves - Esta alteração vem implicar na construção de uma Unidade de Saúde Privada, não é?! -----

Francisco Oliveira - Na sequência da votação desta moção que foi apresentada antes da Ordem do Dia, gostaria de saber como é que, eventualmente, esta questão veio à Assembleia Municipal, para ser votada, e para ser votada a criação de uma Unidade Privada de Saúde, tendo em consideração que, o que foi votado foi que as Unidades de Saúde são prejudiciais. O Partido Socialista, efectivamente, irá votar esta proposta no sentido da alteração, mas acho estranho como é que pode existir esta conflitualidade. Como é que agora, realmente, se vota a favor da Unidade Privada de Saúde, quando na moção se votou contra a saúde para os privados e para o negócio. -----

Adriano Ferrão - Eu queria puxar um bocadinho pela imaginação e tentar responder. Assim à priori parece contraditória. Eu ainda não sei que protocolos são estabelecidos entre algumas Unidades de Saúde e outras, no concelho. E como não sei, sinto-me incapaz de avaliar que haja aqui contraditória. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: um (01) Fernando Neves -----



Abstenções: zero (00) -----  
 Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Ana Simões, Vítor Neto, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Ana Patrício, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, João Silva, Pedro Ferro, José Vila Nova, Ricardo Silva, Ana Pífar, Hélder Sousa, Berto Palma, Fernando Gregório, José Cabrita e Francisco Guerreiro. -----  
 Ausências: zero (00) -----  
**A proposta foi aprovada por maioria** -----

#### PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Declaração de Interesse Municipal do Campo de Golfe de 9 buracos e Apoio Clube - Sociedade Agrícola Vale da Azinheira - Olhos d'Água, nos termos da alínea o) do n.º 1 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Francisco Oliveira - Sr. Presidente, o Partido Socialista tem tomado uma posição que está contida numa declaração de voto, mas gostaria de dar aqui uma indicação que, naturalmente, a construção de campos de golfe em Albufeira é sem dúvida algo importante, até porque eu penso que é dos concelhos do Algarve onde existem menos campos de golfe. E portanto, vemos com certeza, com bons olhos, a criação de campos de golfe que traz sem dúvida alguma um turista até de melhor qualidade. O que efectivamente não entendemos e, é nesse sentido que a nossa declaração de voto vem, é que não exista um planeamento nesse sentido. Ou seja, toda a vez que apareça um campo de golfe ou um determinado tipo de equipamento, esse equipamento é feito "à doc", para o momento. Portanto, não se verifica um plano de ordenamento que estrategicamente defina esse tipo de situação, dando posteriormente uma dificuldade que é, não sabermos muito bem como é que os privados podem ter acesso a estas situações. -----

Ricardo Clemente - É reforçar aquilo que o meu colega acabou de preferir, que se nota de facto uma grande falta de sensibilidade por parte da Câmara. Após várias críticas que já foram feitas aqui na Assembleia sobre esta questão, dos interesses municipais, para uma abordagem mais completa e mais definida sobre qual o interesse municipal e quais as zonas, com a criação de um planeamento que fosse estipulado, para o bem da cidade e de todos nós, continuamos na mesma e continuam a aparecer situações destas aqui. -----

Presidente da Câmara - Quero intervir apenas para dizer duas coisas. Primeiro, não é verdade que não haja um planeamento, para o concelho de Albufeira, sobre os campos de golfe. Há um planeamento. Há um campo de golfe municipal, há no Cerro da Águia, há a sul da Guia, há Paderne e havia um quase em Quarteira. Este é o planeamento para campos de golfe no concelho de Albufeira. Segundo ponto: esta iniciativa vem de um particular. Os campos de golfe têm sido sempre de iniciativas de particulares, a Câmara não vai fazer campos de golfe municipais. Essa não é a prioridade da Câmara para já, pode ser de outra Câmara qualquer, mas desta não é. Então, este processo

aparece de um privado, onde tem uma zona que é agrícola e outra de enquadramento rural e, faz uma proposta à Câmara no sentido de enquadrar o campo de golfe de nove buracos como uma zona de equipamentos. Se nós sabemos que no PROT aquela zona vai ficar na faixa dos quinhentos e os dois mil metros, é natural que no futuro aquele terreno possa vir a ser um terreno com as qualidades necessárias para um Aldeamento Turístico ou um Hotel. Se a proprietária desta empresa quer fazer um campo de golfe, a Câmara Municipal não vê que haja problemas nesse aspecto. É uma zona verde, o concelho é carente em campos de golfe, portanto, a opinião da Câmara foi esta. Não é falta de planeamento, não é falta de estudos, é apenas uma iniciativa, porque a Câmara entende que para o concelho possa ser importante. A Câmara assim o entendeu, se a Assembleia Municipal não entender que seja importante para o concelho, não aprova. De qualquer maneira, isto só será possível se a Agricultura vier a dar o interesse, porque está em reserva agrícola. Se nós entendêssemos que não era importante, tínhamos rejeitado logo e dizíamos que não era de interesse para o concelho. Esta é a nossa posição, a Assembleia que se manifeste como entender. -----

Ricardo Clemente - Ninguém está contra os campos de golfe. Essa não é a questão. A questão é, se de facto existe coerência, a coerência era se juntamente com esta proposta existisse aqui um estudo. Colocar aqui o plano, juntamente com estas situações que aqui estão e, se calhar aí, pudéssemos discutir e analisar de uma forma mais global aquilo que de facto é política desta Câmara relativamente aos campos de golfe. -----

Carlos Gabriel - Sobre o planeamento, basta pensarmos o seguinte: A Câmara não pode fazer planeamento sempre que lhe apetece. Existem meios para fazer o planeamento, neste momento o PROT está aprovado. Após a publicação do PROT, temos noventa dias para aprovar o PDM. Portanto, esse planeamento vai sair quando for aprovado o PDM. Depois do PDM for discutido e vir aqui à Assembleia, aí é que se pode dizer se efectivamente a Câmara fez planeamento ou não. -----

Francisco Oliveira - No início da minha intervenção foi recíproco dizer que Albufeira é de facto um dos concelhos com menos campos de golfe e que a única questão que está aqui em causa é, de facto, quanto a mim, mais uma vez, a falta de planeamento e, eventualmente, alguma desigualdade no que diz respeito ao acesso dos investidores privados. É só esta a questão. Até posso adiantar que a posição do Partido Socialista é no sentido de votar esta proposta, não queríamos era deixar de referir esta situação. - Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: um (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Ana Simões, Vítor Neto, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Ana Patrício, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, João Silva, José Vila Nova, Ricardo Silva, Ana Pífar, Hélder Sousa, Berto Palma, Fernando Gregório, José Cabrita e Francisco Guerreiro. --

Ausências: uma (01) Pedro Ferro -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

## DECLARAÇÃO DE VOTO.

Reconhecendo embora, o interesse Municipal dos equipamentos desportivos e recreativos, como o presente campo de golf, assim como a maior valia para a oferta turística do concelho, a bancada do PS da Assembleia Municipal de Albufeira, não pode deixar de contestar a forma avulsa como estas propostas têm vindo a surgir, à margem de um planeamento integrado, facto que consideramos um factor de agravamento do desordenamento territorial do concelho, de falta de transparência da política de ordenamento do executivo e de desigualdade de acesso dos investidores privados.

Albufeira 18 de Setembro de 2007

Presidente da Assembleia - Também vou fazer uma declaração de voto. Eu votei favoravelmente esta proposta particular, por entender, inequivocamente, que Albufeira carece de campos de golfe. Qualquer iniciativa exequível, como é o caso, e em que se verifica que a pretensão é num terreno de 131 850m<sup>2</sup>, há apenas a pretensão de edificar 1000m<sup>2</sup>. O que para mim significa que, em sede do planeamento, é uma densidade realmente muito pequena, o que me agrada. Também me agrada saber que em Albufeira há investidores dispostos a investir em golfe, que como se julga saber a modalidade em si é bastante dispendiosa no que se considera em manutenção, tenho ouvido bastantes vezes que a exploração em si mesma é deficitária e que em regras são os projectos imobiliários que estão subjacentes que a tornam rentável e atractiva. Parece que não é o caso deste investidor, que nem sei quem é, mas que este

tipo de investimento, sinceramente, eu saúdo sempre neste concelho, seja ele nos Olhos d'Água, seja ele em Paderne. Terão todos o meu acolhimento, com toda a transparência absoluta, porque de facto não tenho interesses nenhuns nestas matérias, nem ninguém veio falar comigo sobre estas matérias. Portanto, estou absolutamente à vontade para que de modo próprio, consciência, de forma transparente acolher todo e qualquer projecto desta natureza, e venha ele de uma forma isolada ou venha dentro do plano de Golfe Municipal. -----

#### **PONTO QUINTO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção do pagamento mensal dos vendedores ambulantes da zona do Cais Herculano, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Ana Simões, Vítor Neto, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Ana Patrício, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, João Silva, Pedro Ferro, José Vila Nova, Ricardo Silva, Ana Pífar, Hélder Sousa, Berto Palma, Fernando Gregório, José Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade** -----

#### **PONTO SEXTO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de isenção do pagamento de publicidade do Senhor José Manuel Martins Oliveira, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e seis (26) Carlos Silva e Sousa, Ana Simões, Vítor Neto, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Ana Patrício, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, João Silva, Pedro Ferro, José Vila Nova, Ricardo Silva, Ana Pífar, Hélder Sousa, Berto Palma, Fernando Gregório, José Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

### PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento relativo à Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Hospedagem, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Vítor Neto - Sobre esta questão do Regulamento, eu queria fazer aqui uma chamada de atenção para o seguinte: está em preparação uma alteração à Lei dos Alojamentos Turísticos. Esta proposta já circula. É uma proposta do Governo que já foi entregue às associações e está em discussão. Eu não tive oportunidade de a ler na totalidade, mas creio que haverá alterações na classificação do alojamento turístico e creio que se prevê também a possibilidade de novas responsabilidades para as Câmaras Municipais. Eu li este regulamento, não tenho conhecimentos técnicos para analisar este documento, não me parece mal, mas acho que seria mais sensato nós esperarmos algumas semanas. Se vai sair um novo enquadramento, se as Câmaras terão outras responsabilidades nesta área, nomeadamente em relação a formas de alojamento, alojamento do nível intermédio, talvez fosse razoável adiarmos isto. -----

Ricardo Clemente - É só reforçar aquilo que foi dito. De facto, o regime jurídico dos empreendimentos turísticos engloba esta situação e, eu propunha que este ponto fosse retirado, como já o Vítor Neto o fez, e esperássemos que saísse o novo regime jurídico e assim se criasse um regulamento coerente com aquilo que saíssem para as Câmaras. -

Rui Bernardo - Em relação a esta situação tenho a dizer que, em primeiro lugar temos que pensar nos municípios que estão à espera de 99 até 2007 que seja feito um regulamento por parte da Câmara sobre a orientação do que foi feito pela Direcção Geral de Turismo em 1999. De 99 a 2007 acho que já esperaram demais. Eu sou da opinião que deve ser aprovado o regulamento e depois se verificar alterações, podem ser sempre alteradas. -----

Paulo Freitas - Relativamente a este assunto, não faz sentido retirar o ponto da ordem de trabalhos, nem da sua discussão, porque, assim que se verifique a aprovação do novo regime jurídico, facilmente os técnicos da Câmara elaborarão as alterações que forem devidas ao regulamento, caso seja aprovado hoje. Não nos podemos esquecer que um organismo, sobre o qual o Ministro da Economia tem tutela, anda a fiscalizar os municípios de Albufeira e a levantar autos de contra ordenação por hospedagem sem o devido licenciamento. Isto coloca em causa não só o interesse dos municípios, como também o interesse económico de Albufeira, que é importante, e hoje já discutimos aqui duas questões relacionadas com o turismo. O Sr. Presidente fez aqui o relatório da sua visita a uma cidade europeia para geminação, ouvimos aqui falar das preocupações de um plano estratégico conjugado com a questão também do turismo, que tem a ver com o golfe, e não podemos deixar, nem que seja por um mês de resolver as preocupações dos municípios de Albufeira. Nós não sabemos quando a nova legislação irá à Assembleia da República, não sabemos quando irá ser publicado, muito menos quando irá entrar em vigor. Nesse lapso de tempo, cumpre à Câmara Municipal, ou melhor, cumpre-nos a nós defender os interesses dos municípios de Albufeira, dando-

Ihes mecanismos para que se possam defender das inspecções e fiscalizações que as entidades competentes, Direcção Geral do Turismo e ASAE, estão a fazer. Inclusivamente isto levanta questões de natureza fiscal, nomeadamente relacionado com o IVA, com o IRS, com o IRC. Há empresas que estão vocacionadas para a actividade de hospedagem sem que haja uma regulamentação. É responsável da nossa parte votar e aprovar este regulamento, ter um instrumento que permita a defesa dos municípios perante os organismos públicos, a não ser que alguém nos garanta que irão parar as fiscalizações e o serviço de finanças começa a aceitar as compensações do IVA referente a esta actividade. Posto isto, no que diz respeito à bancada do Partido Social-Democrata, não vê com bons olhos a retirada da discussão deste ponto. -----

Vítor Neto - Nós fizemos apenas uma sugestão. Nós votamos a favor do regulamento, não há problema nenhum. Era só uma questão de bom senso. Porque, de facto, vão haver alterações. Isto não resolve o problema do alojamento paralelo, atenção, não sei se já perceberam que não resolve. Estamos a falar de estabelecimentos com determinadas características. Se alguém pensa que isto resolve o problema do alojamento paralelo, isto é, hospedarias, casas de hóspedes e quartos particulares, não é apartamentos turísticos, ou é? Não é! Eu estava no Governo quando este D.L.305 de 99 saiu. O de Julho de 97 não é meu, mas o de 99 e o de 2002 também é. É uma situação extremamente complexa e, além disso, há outras formas de alojamento que hoje têm uma classificação da Direcção Geral do Turismo, que podem vir a passar para as Câmaras Municipais. Vai haver uma alteração profunda nestas coisas, o que era de bom-tom podermos esperar. Eu voto a favor, quem sou eu, até como empresário, a não ser sensível a coisas que prejudicam empresários e prejudicam as pessoas. Estou totalmente de acordo, agora não tenhamos qualquer dúvida de que isto se vai alterar e que as portas do município vão ser chamadas a ter maiores responsabilidades. Nós estamos a favor, nem que seja com essa preocupação moral. -----

Ricardo Clemente - Perante as alegações feitas pela bancada do PSD, tenho a dizer que, se de facto o cenário se coloca dessa forma, só tinham de pensar dessa maneira, antes, e não agora. Se calhar já houve aqui um período em que os municípios foram lesados, o município foi lesado. Nós não estamos contra o regulamento, tratasse de uma questão de bom senso, como já foi dito aqui, mas assim não o entendem. -----

Pedro Ferro - só queria chamar a atenção do seguinte: há um regulamento neste momento em vigor, e penso que este regulamento devia trazer um artigo a revogar o que está em vigor e não encontro esse artigo. Penso que a Assembleia deveria acrescentar um artigo revogando o que está actualmente em vigor. Ficamos com dois regulamentos em vigor. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: duas (02) Fernando Cabrita e Fernando Neves. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Ana Simões, Vítor Neto, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Ana Patrício, Adriano Ferrão, Francelina Lourenço, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira,



João Silva, Pedro Ferro, José Vila Nova, Ricardo Silva, Ana Pífaro, Hélder Sousa, Berto Palma, Fernando Gregório, José Cabrita e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

### PONTO OITÁVO

Nomeação de um autarca de freguesia para integrar no Conselho Cinegético Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art. 157º do Decreto-Lei n.º 202/2004 de 18 de Agosto, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 201/2005 de 24 de Novembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Francisco Oliveira - Apresenta proposta (doc.3). -----

#### PROPOSTA

A bancada do PS da Assembleia Municipal de Albufeira, propõe a nomeação do Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Senhor Francisco Guerreiro, como autarca de freguesia no Conselho Cinegético Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 157º do DL 202/2004, de 18 de Agosto com a redacção dada pelo DL 201/2005 de 24 de Novembro.

Albufeira 18 de Setembro de 2007

V. Neves  
 João Almeida  
 Luís Carlos  
 B. H.  
 Susana Ricardo Almeida  
 Francisco P. R.  
 S. F.

2

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca a proposta a votação, por escrutínio secreto. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Vinte (20) votos favoráveis -----

Seis (06) votos em branco -----

**Foi nomeado o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paderne** -----

#### PONTO NONO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para aquisição de serviços de manutenção e conservação dos campos de futebol municipais da Quinta da Palmeira, da Nora e da Guia e Viveiro de Reposição, nos termos do n.º 6 do Art.22º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de Junho; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstencões: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21) Carlos Silva e Sousa, Ana Simões, Vítor Neto, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Ana Patrício, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, João Silva, Pedro Ferro, José Vila Nova, Ana Pífar, Hélder Sousa, Berto Palma, Fernando Gregório e José Cabrita. -----

Ausências: cinco (05) Miguel Mesquita, Francelina Lourenço, Ricardo Silva, Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----

**A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes** -----

#### PONTO DÉCIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Quadro de Pessoal de Direito Privado, nos termos da alínea o) de n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º5-A/2002 de 11 de Janeiro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Francisco Oliveira - Relativamente a esta questão, o Partido Socialista mantém a sua posição, não quanto ao ponto em causa, ou seja quanto á alteração do Quadro de Pessoal, mas quanto a uma política mais abrangente. Ou seja, o Partido Socialista sempre defendeu que não seria correcto por parte da Câmara Municipal, aumentasse frequentemente o Quadro de Pessoal mas sim uma reestruturação do próprio Quadro Pessoal da Câmara Municipal. E é de facto nesse sentido que mais uma vez repugnamos para que essa reestruturação fosse efectuada e que não viéssemos mais uma vez a alterar o Quadro de Pessoal. Percebo que, em função da entrada da nova Lei haja necessidade de abrir aqui alguns lugares, não estão em causa pessoas, até porque não sabemos quantos lugares abrirão, mas está em causa a política da Câmara Municipal que quanto a nós continua de forma errada a aumentar o número do Quadro de Pessoal, sabendo nós que, dentro de alguns anos, poucos, começaremos a ter dificuldade no sentido de fazer o pagamento a todos os funcionários. É nesse sentido que o Partido

Socialista tem uma posição de votar contra este ponto, efectivamente porque entende que a política da Câmara Municipal não é a mais correcta. -----

Adriano Ferrão - Nós gostaríamos de lembrar que a Câmara vem multiplicando os seus serviços, mesmo que o Partido Socialista já tenha vindo aqui muitas vezes acusar o executivo de que não existiam mais serviços para a população, o facto é que esses serviços estão aí e esta multiplicação de serviços traz um acréscimo de necessidades de mais pessoal. Se olharmos rapidamente para aqui, vemos muito deste pessoal está ligado precisamente ao sector da Educação, porque o investimento na Educação tem sido prioritário neste executivo e como tal beneficia grandemente de acumulação de efectivos. Sendo assim, penso que se justifica plenamente que, havendo mais instituições criadas, haja mais pessoal aí. Depois, o Partido Socialista diz que, deveria haver uma reforma reestruturada do pessoal, não sei bem como é que seria essa reforma, mas gostaria realmente de ouvir qual seria a solução que o Partido Socialista dava para a reforma do Quadro de Pessoal, para requalificar essas pessoas e fazer as transferências necessárias para que com os mesmos efectivos se conseguisse cobrir uma cada vez maior multiplicação de serviços. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: seis (06) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Pedro Ferro e Ricardo Silva. -----

Abstenções: três (03) Carlos Silva e Sousa, Berto Palma e Fernando Neves. -----

Votos a favor: catorze (14) Ana Simões, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, João Silva, José Vila Nova, Ana Pífar, Hélder Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: três (03) Francelina Lourenço, Fernando Gregório e Francisco Guerreiro. --

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

O presidente da Assembleia coloca os dois pontos seguintes à discussão, simultaneamente. -----

#### **PONTO DÉCIMO PRIMEIRO e DÉCIMO SEGUNDO**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2007/2010, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da 2ª Revisão do Orçamento para o ano 2007, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Ricardo Silva - Isto são inscrições de rubricas para compra de viaturas e afins. De facto, o Partido não subscreve este Orçamento nem esta política. No entanto, compete ao actual executivo levar a cabo a sua política e no final do ano há-de prestar as contas à população, daí o nosso voto à abstenção. -----

Francisco Oliveira - Para completar. A ideia relativamente a estes dois pontos, não é o votar negativamente nenhuma destas propostas. É de facto, mais uma vez, tendo em atenção que, a estratégia do partido Socialista seria outra, foi manifestada aquando

da apresentação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano. Efectivamente, não poderemos votar, em consciência, favoravelmente, estas alterações porque vão no sentido contrário ao nosso pensamento por isso mesmo vamos pela abstenção. -----  
 Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----**

Votos Contra: um (01) Fernando Neves. -----

Abstenções: sete (07) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Berto Palma. -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Ana Simões, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, João Silva, José Vila Nova, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: três (03) Francelina Lourenço, Fernando Gregório e Francisco Guerreiro. --

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----**

#### **VOTAÇÃO: ORÇAMENTO -----**

Votos Contra: um (01) Fernando Neves. -----

Abstenções: sete (07) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Berto Palma. -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Ana Simões, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, João Silva, José Vila Nova, Ana Pífar, Helder Sousa e José Cabrita. -----

Ausências: três (03) Francelina Lourenço, Fernando Gregório e Francisco Guerreiro. --

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes -----**

Fernando Neves - Não é declaração de voto, é apenas para explicar o porquê de votarmos contra. Não temos nada contra as Associações, mas comprasse estas viaturas e passa para o ano seguinte os arranjos de estradas e urbanísticos. -----

### **PONTO DÉCIMO TERCEIRO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das alterações ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, ao Organigrama e ao Quadro de Pessoal do Município de Albufeira, nos termos da alínea n) de n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Francisco Oliveira - Pelo que eu vejo aqui, a alteração proposta, é no sentido da criação de um Gabinete de Apoio ao Sociativismo, não é?! Mais um aumento de despesa. -----

Presidente da Assembleia - É sim. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO: -----**

Votos Contra: seis (06) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Pedro Ferro e Ricardo Silva. -----

Abstenções: duas (02) Fernando Neves e Berto Palma. -----  
 Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Ana Simões, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, João Silva, José Vila Nova, Ana Pífar, Hélder Sousa e José Cabrita. -----  
 Ausências: três (03) Francelina Lourenço, Fernando Gregório e Francisco Guerreiro. --  
**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

#### PONTO DÉCIMO QUARTO:

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, do concurso de Higiene Urbana - Abril 2005/Fevereiro 2013 - Revisão de preços, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do art. 22 do DL n.º 197/99 de 8 de Junho; -----  
Presidente da Assembleia - Eu, em relação a este ponto pedi alguns esclarecimentos. - Em relação a este ponto, do concurso de Higiene Urbana-Abril de 2005/Fevereiro de 2013, temos por proposta que se aplique nova fórmula de revisão de preços diferente da contratada. Trata-se de uma iniciativa dos serviços camarários que cabe analisar. Nos termos da informação diz-se que: «(...) considerou-se que deveria ser a Assembleia Municipal a entidade a autorizar quaisquer alterações aos montantes relativos à revisão de preços.» Na informação diz-se ainda que: «Atendendo ao Princípio da Legalidade pelo qual se deve reger a Administração Pública e tendo em conta do disposto no artigo 2º do Decreto-Lei 6/2004, de 06 de Janeiro, segundo o qual os contratos de aquisição de bens e serviços que estipulam o direito à revisão de preços se regem pelo disposto no mesmo diploma e ainda que, nos termos do art. 24º, o mesmo é aplicável aos fornecimentos postos a Concurso a partir de Fevereiro de 2004, torna-se obrigatória a avaliação da nova fórmula de revisão de preços.» Acrescenta ainda a informação que: Relativamente à comparação das duas fórmulas (a que consta do contrato e a agora proposta) (...) Verifica-se que, na média para os dezoito meses, o aumento da facturação resultante da aplicação da fórmula agora proposta é de cerca de 1% relativamente à facturação que seria expectável por aplicação da fórmula contratual. Tanto quanto se retira da dita informação técnica, (que vem assinada por Técnica Superior de Direito, pelo Director do DOSU e pela Chefe da DASU), estamos perante a obrigatoriedade de aprovar a proposta de alteração da fórmula de revisão de preços que consta do contrato para a nova fórmula agora proposta. Estamos no âmbito dos poderes vinculados, atenta a obrigatoriedade da deliberação favorável, não devendo, portanto, ter liberdade de voto. A lei é vinculativa por vezes e de acordo com o princípio da legalidade invocado, quem tem de deliberar, deve fazê-lo no cumprimento da lei. À lei todos estamos vinculados. O concurso em causa já foi feito no domínio da lei invocada na dita informação, ou seja, o Decreto-Lei 6/2004, de 06 de Janeiro pelo que, tal como referido na informação, é de aplicar a este concurso em causa este decreto. Assim a deliberação a tomar, tal como proposta nas informações técnicas proveniente da Câmara Municipal seria qualquer coisa como «Deliberado alterar a fórmula que consta no contrato pela nova fórmula ora proposta.» Contudo, o invocado Decreto-Lei 6/2004, de 06 de Janeiro determina no n.º4 do Artigo 6º que, "*Poderá estabelecer-se mais de uma fórmula de revisão para o mesmo contrato, designadamente em atenção a natureza dos diversos trabalhos ou as respectivas*

*fases, mas a formula ou formulas estipuladas não poderão ser alteradas depois da adjudicação.*" A primeira expressão «*Poderá estabelecer-se mais de uma fórmula de revisão para o mesmo contrato, designadamente em atenção a natureza dos diversos trabalhos ou as respectivas fases*» deixa dúvidas quanto a obrigatoriedade de aplicar seja que fórmula for. Quanto a segunda expressão «*mas a fórmula ou fórmulas estipuladas não poderão ser alteradas depois da adjudicação*», parece não deixar dúvidas quanto a ser uma disposição legal proibitiva e de natureza imperativa. Ora o contrato é feito depois da adjudicação. A proposta de deliberação que temos seria para tomarmos a posição de «*Deliberado alterar a fórmula que consta no contrato pela nova formula ora proposta.*» Como é que este texto se concilia com o da lei que diz «*mas a fórmula ou fórmulas estipuladas não poderão ser alteradas depois da adjudicação*». Eu não consigo conciliar as duas coisas, pelo contrário, e no meu modesto entender são objectiva e manifestamente contrárias uma à outra, pelo que, face ao citado princípio da legalidade, a que deve prevalecer é a lei. Modestamente, entendo também que se a nossa posição hoje aqui tomada fosse no sentido proposto, estaríamos a tomar uma deliberação nula. Ilustres Membros desta Assembleia Municipal, no respeito absoluto pela vossa liberdade, mas porque entendo ser minha obrigação, antes de vos conceder o debate sobre este ponto, não podia deixar de vos expressar a minha análise e recomendação, no sentido de que esta Assembleia reprove a proposta. Está o ponto a discussão. Inscrições para o uso da palavra? -----

Vítor Neto - A nossa intervenção é bem clara. Nós, fazemos nossas as palavras do Sr. Presidente. Pelas razões invocadas, nós somos contrários. E além disso a Câmara corre riscos sérios e a Assembleia Municipal, por se aprovar uma proposta que vai contra a Lei. E ainda por cima para aumentar só 1% dos custos. -----

Presidente da Assembleia - 1% de muito, pode ser muito. -----

Francisco Oliveira - Uma análise que fiz também, muito vaga sobre o diploma, verifiquei que no artigo 3º se refere que, pode mesmo não ser aplicada qualquer fórmula de revisão de preços. Ou seja, os contratos ou os estratos podem estabelecer entre si, a inexistência de aplicação de qualquer forma ou qualquer revisão de preços. Portanto, a análise do diploma não obriga que, efectivamente, tenha que haver, imperativamente, uma nova fórmula ou uma aplicação da revisão de preços. Qualquer alteração àquilo que foi estipulado, que não seja imperativo da Lei, é prejudicar o município. Portanto, desde que seja 1%, 2% ou 0,1%, incorrectamente estaremos a tomar uma posição que não imperativa por Lei e que naturalmente prejudicaria o município. Nesse sentido, também, e por a leitura que fiz embora ligeira do diploma, parece que não há imperatividade, não há obrigatoriedade, mais, desconheço, o Sr. Presidente de o saber, se realmente esta alteração foi solicitada por alguém, pelos próprios intervenientes no contrato. Mesmo que tenha sido, efectivamente, a mesma não pode ser alterada, mas não vejo aqui qualquer referência a um pedido expresso da outra entidade, que não a Câmara Municipal. -----

Presidente da Assembleia - Eu comecei por dizer aquando da minha intervenção que se trata de uma iniciativa dos serviços camarários. Em termos de documentação escrita, de proposta, e análise aos processos que estão neste momento nos serviços da Assembleia Municipal, não consta lá nenhum pedido de revisão da fórmula. Li qualquer coisa como, em correspondência, na troca de impressões, é quanto eu me recordo de



ter visto. Um pedido formal dirigido á Câmara Municipal a pedir esta alteração, não existe, pelo menos no conjunto de dossiers, supostamente todos, que estão no Gabinete da Assembleia Municipal. -----

Fernando Cabrita - Mais uma vez, estou plenamente de acordo. Este "papão", do princípio da legalidade, parece que nos leva aqui a aparecer esta nova fórmula, afinal não existe nenhuma análise. À primeira vista, parece que existe aqui a obrigação da revisão da fórmula, depois de observarmos estas várias normas, penso que não há, efectivamente, nenhuma obrigatoriedade, pelo contrário, há uma norma que até proíbe. A questão da interpretação das Leis, cada um tem a sua, como se dizia há bocado. Aqui estamos de acordo, Sr. Presidente. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos a favor: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos Contra: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Ana Simões, Vítor Neto, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Ana Patrício, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, João Silva, Pedro Ferro, José Vila Nova, Ricardo Silva, Ana Pífar, Hélder Sousa, Berto Palma, Fernando Gregório e José Cabrita -----

Ausências: duas (02) Francelina Lourenço e Francisco Guerreiro. -----

**A proposta foi reprovada** -----

#### PONTO DÉCIMO QUINTO:

Tomada de posição sobre a criação de zonas livres e plantas transgénicas e/ou organismos geneticamente modificados, nos termos da alínea o) do n.º1 do art.53º da Lei n.º169/99 de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia - Enviei-vos uma proposta minha, já a levei à Assembleia Metropolitana onde foi aprovada por unanimidade. Está á discussão. -----

Fernando Neves - Dá a ideia que o Sr. Presidente é a favor da criação de milho transgénico? -----

Presidente da Assembleia - Este assunto foi á Assembleia Metropolitana, e debatido com alguma actividade, até pelos líderes parlamentares, levado pelo Líder do PSD. A questão é que, nós tínhamos um D.L. que conferia às Assembleias Municipais, embora de forma não regulamentada, a faculdade de sob os seus municípios, desencadear o processo da criação de zonas livres deste tipo de produtos. Algumas das Assembleias foram nesse caminho, designadamente a de Lagos e, havendo outras que depois viram inócuas as suas deliberações, porque quando sai esta portaria, esta portaria de facto é um exercício daquilo que poderá ser feito em termos de Lei. Com a autoria de uma processual com alguma complexidade para a criação de regiões livres de transgénicos, mas depois ela própria cria também e, dá faculdade de que apenas ouvido um agricultor será suficiente, numa determinada região, para hostilizar a criação de zona livre de transgénicos. Por outro lado, se todas as associações de agricultores forem nesse sentido e a Assembleia Municipal votar favoravelmente a criação de no seu concelho de zona livre de transgénicos e, veja o ridículo disto, se houver um dos agricultores que

votou favoravelmente a favor da criação da região e a seguir vai prevaricar contra a criação dessa região, vai plantar transgénicos e vai se pronunciar ele próprio, e nessa altura a região cai. Portanto, há um processo complexo de integração e basta uma pessoa para acabar com tudo. O que é que eu proponho aqui, é que seja revogado esta portaria, rapidamente, porque isto é um absurdo jurídico. Dá vontade de rir. Quem fez isto, ou estava a dormir, ou fez isto de uma forma absolutamente absurda. E o que se pretende é precisamente, que se crie de facto um instrumento, que regule de forma democrática, a criação de zonas livres de transgénicos, ou seja, remetam para a Assembleia Municipal ou para uma Assembleia Metropolitana, ou para uma Assembleia de Freguesia, enfim, tudo aquilo que são órgãos democraticamente eleitos, a faculdade de nas suas regiões de poderem desencadear um processo democrático de criação de zonas livres de transgénicos, para não ser uma pessoa sózinha, possa ter a liberdade de impedir, como está hoje na legislação, a criação de uma zona livre. É evidente que isto pode ser muito complexo, porque pode também vir imperativos comunitários. Eu penso que a Lei que subjaz a esta portaria não impõe que haja liberdade absoluta de criação de transgénicos. Porque se houvesse liberdade absoluta, então não havia necessidade de estar a regulamentar algo que é absolutamente livre. Se é livre, digam que é livre, não estejam com hipocrisia. Que cria uma complexidade na criação e basta uma pessoa, que até tenha feito parte do processo da criação dessa região, prevaricar ou manifestar-se contra, e a região cai. É o que está aqui na Portaria. Que se revogue esta e que se crie uma nova, com mecanismos democráticos, porque assim não faz sentido. -----

Fernando Neves - Na minha opinião pessoal, devia ser proibido plantações de produtos destes, que não fossem naturais. A ânsia do lucro leva a se criar estas situações. A batata, antigamente, eram necessários seis meses, digo eu, para se criar, agora não. Agora injectam-se, até porcos e galinhas, impingem-nas aos consumidores e andamos só a comer "porcaria". -----

Presidente da Assembleia - Isto pode ser muito mais perigoso do que a questão dos adubos e pesticidas. Embora haja defensores que digam que não causa mal à natureza, há também cientistas a dizer que poderá causar. Há muito desconhecimento sobre isto. Pessoalmente, a minha visão, é manifestamente contrária. Mas o que está em causa é, ou se diga abertamente que é livre ou então revogue-se isto com uma alteração. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: oito (08) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva, Berto Palma e Fernando Gregório. -----

Votos a favor: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Ana Simões, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, João Silva, José Vila Nova, Ana Pífar, Hélder Sousa e José Cabrita -----

Ausências: três (03) Francelina Lourenço, Francisco Guerreiro e Fernando Neves. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

**PONTO DÉCIMO SEXTO:**

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da alteração do PDM de Albufeira - Lar da 3ª Idade e Aldeia da Solidariedade, nos termos do Art.78º do Decreto-Lei n.º380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º310/2003 de 10 de Dezembro; -----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia coloca o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: uma (01) Fernando Neves -----

Votos a favor: vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Ana Simões, Vítor Neto, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Ana Patrício, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, João Silva, Pedro Ferro, José Vila Nova, Ricardo Silva, Ana Pífar, Hélder Sousa, Berto Palma, Fernando Gregório e José Cabrita -----

Ausências: duas (02) Francelina Lourenço e Francisco Guerreiro. -----

**A proposta foi aprovada por maioria dos presentes** -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 24:10 horas, de que foi lavrada acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 19 de Setembro de 2007 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

O PRIMEIRO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_